

Deputados devem votar hoje novo Código Florestal; líder do governo confirma acordo

Página 3



O relator da proposta, Aldo Rebelo, apresentou seu substitutivo na sessão do último dia 11

PONTO CONTROVERSO

▶ **Emenda 186** - prevê a regulamentação, por decreto do governo federal, das atividades que poderão continuar em áreas de proteção permanente já desmatadas, dentro de requisitos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental

▶ **Emenda 164** - dá exclusivamente aos estados o poder de estabelecer, além de atividades agrícolas, pecuárias, de ecoturismo e turismo rural, outras que possam justificar a regularização de áreas desmatadas.



LEONARDO PRADO

Líder do governo, Cândido Vaccarezza diz que Executivo não se compromete a votar emenda que aumenta poder dos estados sobre áreas de preservação permanente.

Página 3



JBATISTA

Oito ex-ministros entregaram ontem ao presidente da Câmara, Marco Maia, carta aberta na qual pedem o adiamento da votação da proposta que altera a atual legislação ambiental.

Página 4

REGIMENTO INTERNO | 5

Primeira vice-presidente, Rose de Freitas quer garantir mais debates em Plenário e reduzir prazos para a tramitação das proposições nas comissões técnicas

Ouidoria recebe mais de 7 mil mensagens

Verônica Lima

A Ouidoria da Câmara recebeu, entre abril de 2010 e abril de 2011, 7.046 mensagens pelo serviço Fale com a Ouidoria. Na maioria, os cidadãos se manifestaram sobre o funcionamento da Câmara e sobre temas da pauta de votações, como o aumento do salário dos parlamentares (706 mensagens) e o piso salarial dos policiais militares – PEC 300/08 (488 mensagens).

Também foram recebidas 223 mensagens a respeito do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que fez declarações polêmicas em um programa de TV, e 161 sobre o fator previdenciário. Outro tema comentado foi a licença-maternidade de 180 dias, com 137 mensagens.

Estados – A Ouidoria da Câmara também decidiu promover neste ano audiências públicas nos estados para ouvir a população sobre temas em discussão na Câmara. A primeira ocorreu em 29 de abril, no Rio de Janeiro, quando mais de 300 pessoas apresentaram opiniões sobre temas como combate ao crack, homofobia, segurança pública e reforma política. A próxima será em Manaus, em 17 de junho.

As reuniões nos estados fazem parte do projeto “A Câmara quer te ouvir!”. Segundo o ouvidor da Câmara, deputado Miguel Corrêa (PT-MG), as sugestões feitas pela sociedade poderão se transformar em projetos de lei e tramitar no Congresso.

Outra ferramenta para promover a participação popular nos assuntos da Câmara é o portal da internet E-democracia, que permite ao cidadão contribuir para a elaboração de projetos.

Para Marco Maia, cúpula parlamentar facilitará decisões integradas do G-20

O presidente da Câmara, Marco Maia, disse acreditar que o documento final da 2ª Cúpula Parlamentar do G-20 vai contribuir para consolidar a cooperação entre países do bloco e estabelecer mecanismos efetivos para enfrentar os desafios de desenvolvimento socioeconômico e segurança global.

O encontro, que reuniu representantes dos legislativos da União Europeia e das 19 principais economias do mundo, foi encerrado na última sexta-feira. Além dos representantes do G-20, também participaram do encontro em Seul (capital da Coreia do Sul) representantes da Argélia, Etiópia, República da Guiné, Cingapura e Espanha.

O documento final da cúpula, “Desenvolvimento e Crescimento para Prosperidade Comum”, enumera recomendações que devem ser adotadas pelos países e pela comunidade internacional para prevenir ou evitar o agravamento das desigualdades econômicas e de problemas ambientais, energéticos e de segurança internacional, entre outros.



Parlamentares reunidos ao final da cúpula realizada na Coreia do Sul

“Apontamos, por exemplo, que os riscos de desastres naturais clamam por um sistema comum de prevenção de desastres. Também precisamos rever as regras para segurança nuclear. Estabelecemos as mudanças climáticas e o desenvolvimento de energias renováveis como prioridade”, explicou o presidente da Câmara.

Marco Maia lembrou que a cooperação internacional contra todas as formas de terrorismo também está entre os compromissos assumidos

pelos parlamentares no documento assinado.

Segundo ele, o encontro dos parlamentares poderá contribuir efetivamente para a paz e estabilidade global. “As políticas públicas e acordos internacionais passam pelos parlamentos. Nada mais adequado do que promover o diálogo e a ação integrada entre eles.”

O próximo encontro da Cúpula Parlamentar do G-20 será em 2012, na Arábia Saudita.

agenda

TERÇA-FEIRA
24 de maio de 2011

Guarda municipal

A Comissão de Legislação Participativa promove o 3º Seminário Nacional Guardas Municipais e Segurança Pública. Auditório Nereu Ramos, a partir das 9h

Meio ambiente

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debate o Dia Internacional da Biodiversidade. Plenário 8, às 14h

Saúde

As comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de

Seguridade Social e Família promovem o seminário “Na luta contra Aids, tuberculose e malária: o papel do Brasil no Fundo Global”. Plenário 7, às 14h

Segurança pública

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado analisa a carga horária semanal para os operadores de segurança pública. Plenário 6, às 14h



Calçados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público discute a crise brasileira Polo Calçadista. Plenário 12, às 14h30

Pesca

A Comissão da Amazônia, Inte-

gração Nacional e de Desenvolvimento Regional analisa proposta de investimentos nas áreas de pesca e aquicultura da Amazônia. A ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, foi convidada. Plenário 14, às 15h

Restos a pagar

A Comissão Mista de Orçamento debate a operacionalização do Decreto nº 7.468/11, que mantém a validade dos restos a pagar não processados de 2007, 2008 e 2009. Plenário 2, às 15h

Diretos autorais

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática discute as recentes denúncias contra o sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais. Plenário 13, às 15h

Turismo

A Comissão de Turismo e Desporto analisa o planejamento e programa regional para o desenvolvimento da atividade turística. Plenário 3, às 15h

Votações

Reunião de líderes para definição da pauta de votações na semana. Gabinete da Presidência, às 15h

Convênio

Assinatura de convênio entre Presidência da Câmara, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Salão Nobre, às 15h

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente

Rose de Freitas (PMDB-ES)

2ª Vice-Presidente

Eduardo da Fonte (PP-PE)

1º Secretário

Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário

Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)

3º Secretário

Inocêncio Oliveira (PR-PE)

4º Secretário

Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes

Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)

Ouvidor Parlamentar

Miguel Corrêa (PT-MG)

Procurador Parlamentar

Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Diretor-Geral

Rogério Ventura

Secretário-Geral da Mesa

Sérgio Sampaio de Almeida

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretora

Simone Ravazzoli

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Maria Clarice Dias

Ralph Machado

Diagramadores

Guilherme Rangel Barros

José Antonio Filho

Roselene Guedes

Ilustrador

Renato Palet

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição: (61) 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Deputados retomam hoje votação de mudanças no Código Florestal

A votação em Plenário do projeto de lei que muda o Código Florestal (PL 1876/99) está prevista para hoje, em sessão extraordinária marcada para as 10 horas. O líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse ontem que o Executivo se compromete a votar apenas o texto acordado com o relator, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), sobre o novo código (consolidado na emenda 186), e não a emenda 164, que será destacada para votação em separado.

A emenda 186 prevê a regulamentação por decreto das atividades que poderão continuar em áreas de proteção permanente (APPs) já desmatadas, como quer o governo, dentro de requisitos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental.

Já a emenda 164, de autoria dos deputados Paulo Piau (PMDB-MG), Homero Pereira (PR-MT), Valdir Colatto (PMDB-SC) e Darcísio Perondi (PMDB-RS), dá aos estados, por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA), o poder de estabelecer – além de atividades agrossilvopastoris (agrícolas, pecuárias e a cultura de ár-

vores), de ecoturismo e turismo rural – outras que possam justificar a regularização de áreas desmatadas.

Consenso - Na reunião de ontem com ministros no Palácio do Planalto, informou o líder, o governo concordou em reduzir as áreas de APPs em pequenas propriedades de até quatro módulos fiscais, como forma de facilitar o consenso. Nesse caso, o proprietário poderá preservar apenas 20% da propriedade como um todo.

Apesar de favorável à medida, Aldo argumenta não ser mais possível alterar o texto na Câmara porque a discussão já foi encerrada. Para ele, qualquer mudança agora deverá ocorrer no Senado. Vaccarezza, no entanto, entende que ainda é regimentalmente possível alterar a proposta. “Basta apresentar uma emenda aglutinativa global que o relator assumira”, explicou.

O líder ressaltou também que o governo continua trabalhando para chegar a um texto equilibrado, “porque, se for imposta uma legislação que não protege o meio ambiente, a presidente Dilma não hesitará em usar o seu poder constitucional de veto”.



DIÓGENIS SANTOS

O substitutivo do deputado Aldo Rebelo ao projeto que altera o Código Florestal foi lido em Plenário no dia 11 de maio; falta de consenso adiou a votação da proposta

Precatórios - Depois da votação do Código Florestal, o acordo dos líderes prevê a análise, sem obstrução, da MP 517/10. O relator João Carlos Bacelar (PR-BA) já apresentou um projeto de lei de conversão no qual incluiu 31 novos artigos sobre temas variados.

Um deles é a regulamentação do uso de precatórios obtidos em ações contra o governo federal para compensar dívi-

das com o Fisco.

Outra MP prioritária para o Executivo é a 521/10, mas sobre ela não há acordo para votação. Segundo o texto apresentado pela relatora Jandira Feghali (PCdoB-RJ), são criadas regras diferentes para licitações de obras e serviços relacionados às copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014) e à Olimpíada (2016).

Código Florestal e propostas aprovadas

Código Florestal atual (Lei 4.771/65)

Áreas de preservação permanente (APPs) – vegetação existente em margens de rios e lagos, topos e encostas de morros, nascentes, restingas, altitude superior a 1,8 mil metros; variável em função do tamanho dos mananciais

- 30 metros para cursos d'água de até 10 metros de largura
- 50 metros para cursos d'água que tenham entre 10 e 50 metros de largura, e no entorno de nascentes, de qualquer dimensão
- 100 metros para cursos d'água que tenham entre 50 e 200 metros de largura
- 200 metros para cursos d'água que tenham entre 200 e 600 metros de largura
- 500 metros para cursos d'água com largura superior a 600 metros de largura
- 100 metros no mínimo para bordas de tabuleiros

*Para as APPs de margens de rios, a medição deve começar do nível mais alto da água do período de cheias

Reserva Legal – percentual da propriedade destinado à preservação do ecossistema nativo, variável em função da região e do tipo de bioma.

- Amazônia Legal: 80%, em caso de floresta 35%, em caso de Cerrado 20%, para demais regiões e biomas

Áreas consolidadas – áreas de preservação permanente e de reserva legal que foram degradadas ou são utilizadas para atividades produtivas.

- Devem ser recompostas, regeneradas ou compensadas

Punição

- Pena de três meses a um ano de prisão simples e multa, que varia de 1 a 100 vezes o salário mínimo
- O decreto 7029/09 prevê penalidades para o produtor que não tiver reserva legal averbada no registro do imóvel até 11 de junho deste ano

Alterações do relator, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), apresentadas em 11 de maio

Áreas de preservação permanente (APPs)

- Mantém as mesmas medidas previstas na lei vigente (Lei 4.771/65) para APPs
- Admite culturas lenhosas perenes, atividades florestais e de pastoreio nas APPs de topo de morro, encostas e de altitudes elevadas (acima de 1,8 mil metros)

■ Para cursos d'água de até dez metros de largura, permite a recomposição de apenas 15 metros (metade do exigido). Um decreto estipulará as culturas que poderão ser mantidas se a área tiver sido desmatada

* Para as APPs de margens de rios, prevê a medição a partir do nível regular da água

Reserva Legal

- Amazônia Legal: 80% em caso de floresta 35% em caso de Cerrado 20% em caso de campos gerais 20% para demais regiões do País
- Admite a soma de APPs no cálculo da reserva legal desde que a área esteja conservada e isso não implique mais desmatamento

■ Imóveis de até quatro módulos fiscais poderão considerar como reserva legal a área remanescente de vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008

■ Admite exploração econômica da reserva legal, mediante aprovação do órgão competente do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama)

Competência para emitir licença para supressão de vegetação nativa

- Fica com o órgão estadual integrante do Sisnama
- O órgão federal dará licenças no caso de florestas públicas e unidades de conservação criadas pela União ou de empreendimentos que causem impacto nacional ou regional ao meio ambiente

■ O órgão municipal dará licenças no caso de florestas públicas ou unidades de conservação criadas pelo município e por delegação

Registro da Reserva Legal

- Acaba com a exigência da averbação em cartório
- A reserva deverá ser registrada no Cadastro Ambiental Rural criado pelo projeto para todos os imóveis rurais

Punição

■ Isenta os proprietários rurais das multas e demais sanções previstas na lei em vigor por utilização irregular, até 22 de julho de 2008, de áreas protegidas;

■ Para ter o perdão das dívidas, o produtor deverá assinar termo de conduta para regularização das áreas de proteção;

■ Legitima as áreas que remanesceram ocupadas com atividades agrossilvopastoris ao converter as multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, desde que os proprietários cumpram as obrigações estabelecidas no Programa de Regularização Ambiental (PRA);

Moratória do desmatamento

■ Retira a proibição de novos desmatamentos em todas as propriedades rurais do País por cinco anos a partir da publicação da nova lei.

Oito ex-ministros pedem adiamento da votação de mudanças na lei ambiental

María Neves

Oito ex-ministros entregaram ontem aos presidentes da Câmara, Marco Maia, e do Senado, José Sarney, carta aberta na qual pedem o adiamento da votação do novo Código Florestal (PL1876/99). O documento será entregue hoje, às 9 horas, à presidente da República, Dilma Rousseff. De acordo com Marina Silva, que foi ministra do Meio Ambiente no Governo Lula, somente a expectativa de votação do texto, que prevê, entre outros pontos, perdão de dívidas por crimes ambientais, já elevou o desmatamento em 40%. “Se essa lei for aprovada, o problema ficará fora de controle”, sustentou.

Na opinião dos ex-ministros, antes de discutir a alteração do código, o governo deveria criar a Política Nacional de Florestas. Para Marina Silva, o Código Florestal deve ser apenas uma parte desse sistema de proteção. Paulo Nogueira Neto, que foi secretário especial do Meio Ambiente – órgão vinculado ao Ministério do Interior, com prerrogativas de ministro, de 1973 a 1985, nos governos Ernesto Geisel e João Figueiredo –, afirmou ser possível elaborar a política em até 10 dias, devido ao nível de conhecimento existente sobre o assunto. “Depois podemos discutir o restante da legislação, que deve ser elaborada de acordo com essa política”, defendeu.

Os ex-ministros ressaltaram ainda



Ex-ministros participam de entrevista coletiva sobre a votação do novo código

que o projeto em análise é contrário a todo o arcabouço de preservação do meio ambiente construído ao longo dos

últimos 40 anos. Primeiro a ocupar a pasta, logo após a criação do Ministério do Meio Ambiente, em 1992, Fer-

nando Coutinho Jorge lembrou que o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) foi criado durante a ditadura. “Seria trágico se esse Parlamento democrático desmontasse aquilo que fez, apesar do regime militar”, enfatizou.

Autorização dos estados - Um dos pontos mais criticados pelos ex-ministros é a possível transferência para os estados da responsabilidade para conceder licenças para o desmatamento de áreas de preservação permanente (APPs). Hoje essa atribuição é do Conama.

Para o deputado Sarney Filho (PV-MA), ministro do Meio Ambiente no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, devido à atual correlação de forças na Câmara, sem atuação do governo e da sociedade, dificilmente o projeto não será aprovado. “Daí a importância dessa mobilização”, acrescentou.

Segundo o deputado, a pressão pela aprovação rápida do substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), decorre de duas “aspirações do agronegócio nocivo” – a anistia a multas por crimes ambientais e a permissão para novos desmatamentos.

Dez ex-ministros assinaram a carta: Carlos Minc, Fernando Coutinho Jorge, Gustavo Krause, Henrique Brandão Cavalcanti, José Carlos Carvalho, José Goldemberg, José Sarney Filho, Marina Silva, Paulo Nogueira Neto e Rubens Ricúpero.

Especialistas destacam baixa produtividade no Brasil

Conforme os ex-ministros, não é legítimo afirmar que é preciso derrubar mais florestas para aumentar a produtividade. José Carlos Carvalho, que foi ministro do Meio Ambiente no segundo mandato de Fernando Henrique, lembrou que o País conta hoje com cerca de 70 milhões de hectares de terras subutilizadas. Ele destacou ainda que a produtividade da agropecuária brasileira “é baixíssima”, de 0,6 cabeças de gado por hectare, enquanto na Argentina e no Uruguai chega a três cabeças.

Marina Silva sublinhou que, nos últimos anos, houve queda do desmatamento, aumento da produtividade e crescimento econômico. “Esse é o melhor dos mundos; a lei vai criar novos constrangimentos e prejuízos para o País”, disse.

Mesma opinião tem Rubens Ricúpero, ex-ministro da Fazenda no Governo Fernando Henrique, que acredita em reações à aprovação da nova lei. “O mundo não aceita mais passivamente esse tipo de mudança, a carne bovina ou a soja proveniente de desmatamento da Amazônia estará com os dias contados”, assegurou. (MN)

POLÍTICA

Oposição tenta convocar Antonio Palocci em diversas comissões e quer criar CPMI

Líder do DEM espera que requerimentos sejam votados na quarta-feira. PSDB, DEM, PPS e Psol também apostam na criação de uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar os detalhes da evolução patrimonial do ministro-chefe da Casa Civil

Carolina Pompeu

A oposição espera um “enfrentamento duro” com o governo nesta semana, segundo o líder do DEM, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA). Só na Câmara, tramitam pelo menos seis requerimentos de convocação do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, para que ele preste esclarecimentos sobre sua evolução patrimonial nos últimos anos. PSDB, DEM, PPS e Psol também articulam a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso.

Na semana passada, o Plenário já havia rejeitado a convocação do mi-

nistro. Agora, a oposição conta com a votação de uma série de requerimentos em comissões temáticas diferentes para conseguir a presença de Palocci na Câmara. Há pedidos de convocação em tramitação nas comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Rural; e de Finanças e Tributação. “Fatalmente em alguma comissão nós vamos conseguir aprovar a convocação de Palocci”, disse ACM Neto.

A oposição também já pediu a convocação do presidente da Comissão de Ética da Presidência da República, Sepúlveda Pertence, e dos sócios e ex-sócios de Palocci na empresa Projeto.

Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* informou que o patrimônio do ministro aumentou 20 vezes nos últimos quatro anos, e que ele comprou, por meio de sua empresa de consultoria, dois imóveis em São Paulo: um apartamento de R\$ 6,6 milhões e um escritório de R\$ 882 mil.

Página virada - O líder do governo, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), já afirmou que as explicações dadas por Palocci à Comissão de Ética eram plausíveis. “Para mim, isso é página virada”, disse. Segundo ele, não haverá manobra para abafar o caso. “A oposição vai apresentar os seus requerimentos e eu vou tentar convencê-los a não entrar nesse caminho, porque não é um debate

que está posto aqui na Casa”, ressaltou. ACM Neto espera que os requerimentos de convocação sejam votados amanhã. Quatro partidos da oposição (PSDB, DEM, PPS e Psol) também já articulam a criação de uma CPMI para averiguar as causas do suposto aumento do patrimônio do ministro-chefe da Casa Civil. Para a criação do colegiado, são necessárias 171 assinaturas na Câmara e 27 no Senado. Esses partidos, contudo, contam apenas com 100 deputados e 19 senadores. Para o líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP), a oposição deverá conseguir o apoio que falta para a instalação da CPMI dentro da própria base aliada do governo.

Rose de Freitas propõe alterações no Regimento Interno da Câmara

Idhelene Macedo

Alteração do tempo dos pronunciamentos dos parlamentares em Plenário, dos prazos para a tramitação das proposições nas comissões e a dispensa de comissão especial para analisar propostas de emendas à Constituição (PECs). Essas e outras alterações no Regimento Interno da Câmara são sugestões da 1ª vice-presidente da Casa, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que, segundo afirma, vão dar mais agilidade ao processo legislativo. Na avaliação da parlamentar, “se essa Casa quer se fazer respeitar é bom que ela seja transparente, objetiva e responda aos anseios da sociedade”.

Rose de Freitas distribuiu um questionário aos integrantes da Mesa Diretora com perguntas sobre temas considerados por ela gargalos ao ritmo dos trabalhos. Esse levantamento faz parte de um estudo promovido pela deputada, que, em breve, apresentará aos colegas projeto de resolução com as conclusões.

Ritmo de trabalho - As sessões do



BETO OLIVEIRA

Plenário são uma das principais preocupações da vice-presidente. Ela quer dias específicos para discussões de proposições por grupos temáticos. Quanto ao tempo prolongado das votações, ela sugere, por exemplo, que os líderes partidários não possam mais fazer uso da palavra a qualquer momento durante a Ordem do Dia, período da sessão dedicado às votações.

A deputada explica que a restrição refere-se apenas ao processo de votação durante a Ordem do Dia, ou seja, os líderes continuariam podendo falar nos debates, encaminhamentos, orientações de bancada e comunicações.

Rose de Freitas ressalta que a intenção não é coibir a palavra de ninguém. “Pelo contrário, reconhecemos o papel da liderança. Mas do jeito que está não é possível. No processo de votação, muitas vezes os líderes pedem a palavra e todos têm direito a falar. E aí falam 10, 15 líderes e o que podemos fazer?”. Segundo ela, esse processo “prejudica a sessão”.

Tramitação - Já nas comissões, a ideia é dar mais agilidade à tramitação dos projetos por meio da redução de prazos a serem cumpridos por presidentes e relatores. Rose de Freitas sugere que, em relação aos projetos em tramitação ordinária, os presidentes de comissão tenham três sessões para distribuir as matérias. Já os relatores teriam prazo de cinco sessões para elaborar o parecer e devolver a proposição à comissão.

A deputada argumenta que os projetos não podem ficar tramitando por dez anos. “Não se pode ter presidente [de comissão] que guarda projeto na gaveta e não distribui. Não se pode ter relator ‘sentado’ em cima de matéria.”

Fim de comissões especiais para PECs

A 1ª vice-presidente da Câmara, Rose de Freitas, quer acabar com a comissão especial prevista pelo regimento para examinar as propostas de emenda à Constituição (PECs). Para ela, deve ser mantida a competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para examinar a admissibilidade das PECs. A partir daí, a tramitação passaria direto para as comissões temáticas permanentes.

Os parlamentares também teriam a prerrogativa de participar de até duas comissões permanentes e de uma como suplente. Atualmente, em regra, cada deputado só pode ser titular de uma comissão permanente. Rose de Freitas defende ainda a informatização dos trabalhos da Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Casa, o que inclui, por exemplo, a implantação da inscrição eletrônica para os oradores das sessões do Plenário. (IM)

SESSÃO SOLENE

Especialistas criticam lentidão nos processos de adoção no País

As dificuldades e os tabus relacionados à adoção no Brasil foram discutidos em sessão solene realizada ontem, na Câmara, em comemoração ao Dia Nacional da Adoção (25 de maio). Os participantes do evento criticaram a lentidão do processo de adoção e a cultura prevalecente entre os pretendentes à adoção, que preferem recém-nascidos brancos e saudáveis.

A 1ª vice-presidente da Câmara, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que sugeriu a sessão, manifestou sua preocupação quanto à lentidão do processo de adoção. Em mensagem lida pelo deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), Rose de Freitas, que não compareceu ao evento por motivos de saúde, afirmou que o Cadastro Nacional de Adoção ainda não cumpriu a promessa de agilizar as adoções. “A ferramenta ainda não é plenamente utilizada pelos juizes. O cadastro não conseguiu incluir todas as crianças aptas à adoção. A situação mostra, na prática, que o Judiciário ainda é reticente em utilizar esse banco de dados”, criticou.

O cadastro foi instituído pela nova Lei de Adoção (12.010/09) com o

objetivo de reunir dados das pessoas que querem adotar e das crianças e adolescentes. Segundo dados do cadastro, dos cerca de 29 mil meninos e meninas que vivem em abrigos no Brasil, apenas 4 mil foram incluídos no cadastro e são considerados aptos para a adoção. Desse total, aproximadamente a metade é de raça negra e 21% possuem problemas de saúde. O cadastro também reúne aproximadamente 25 mil pretendentes a adotar.

O coordenador do cadastro nacional, juiz Nicolau Lupianhes Neto, disse que a preocupação da deputada procede. “Há, infelizmente, uma preferência pelas crianças recém-nascidas, de cor branca e saudáveis. Não temos crianças nesse perfil em número considerável. Como criamos essa cultura nacional de querer crianças pequenas, as mais velhas ficam em segundo plano”, afirmou o juiz.

Campanha - Rose de Freitas ressaltou a necessidade de uma conscientização nacional sobre a adoção. O governo federal, em parceria com a organização não governamental Aconchego, lança hoje a campanha “Adoção: família para todos”, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a importância da adoção de crianças e adolescentes excluídos pela



LEONARDO PRADO

Participantes de sessão solene para lembrar o Dia Nacional da Adoção defenderam campanha de conscientização a respeito do assunto

maior parte interessados em adotar.

Segundo a coordenadora de Garantia de Direitos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Alice Duarte de Bittencourt, o governo assume um compromisso público pelo direito à convivência familiar de todas as crianças do Brasil.

A diretora jurídica do projeto Aconchego, Fabiana Gadêlha, ressaltou que a adoção, assim como a gravidez natural, é uma escolha sujeita a diversos fatores. “Da mesma forma que podemos gerar

filhos com sequelas, a adoção também pode”, observou.

Os avanços da lei atual foram reconhecidos pelos representantes dos grupos de apoio à adoção e pelo deputado Mauro Benevides. Entre os principais pontos da lei, está o conceito de família extensa (ou ampliada), pelo qual se deve esgotar as tentativas de a criança ou adolescente ser adotado por parentes próximos com os quais ele convive e mantém vínculos.

Onofre Santo Agostini quer votação do Código Florestal

O setor agropecuário espera ansiosamente a aprovação do novo Código Florestal, disse o deputado Onofre Santo Agostini (DEM-SC). “Não há mais o que discutir; o Código precisa ser votado o quanto antes, para que os trabalhadores rurais e os detentores de terrenos nas áreas afetadas possam trabalhar em conformidade com a lei.”

Para Santo Agostini, o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) deve ser aproveitado. “É um documento amplo, que fez

um apanhado geral acerca da raiz do problema ambiental, dos conflitos entre o homem moderno e a natureza.”

A legislação vigente, prosseguiu, tem mais de 40 anos e deve passar por uma atualização. “Além disso, o setor produtivo precisa de regras claras e justas sobre a questão ambiental”, acrescentou Santo Agostini.

O deputado garantiu que as entidades rurais não defendem o desmatamento ilegal. “Como ir contra aquilo que lhes dá o sustento, e de suas famílias?”

Segundo Santo Agostini, o produtor rural tem respeito pela lei e compreende que o desmatamento de novas áreas, que exceda os limites do bom senso, deverá ser enquadrado como crime e sofrer as consequentes punições.



LEONARDO PRADO

Ságuas Moraes destaca trabalho na área de educação no MT

Ao falar de sua trajetória política, o deputado Ságuas Moraes (PT-MT) ressaltou ter sido prefeito por duas vezes no município Juína. Na época, implantou o orçamento participativo e instalou um painel de prestação de contas em frente à prefeitura.

Moraes disse ainda ter sido eleito deputado estadual em duas legislaturas. No segundo mandato, o parlamentar foi secretário estadual da Educação e priorizou o diálogo com o sindicato. “Tínhamos pen-

dência de mais de 39 itens e, quando saí, estavam zerados.”

Moraes disse que durante a sua gestão as escolas públicas tiveram melhoria considerável, sendo 300 delas reformadas. O deputado disse ainda que garantiu que todas as escolas tivessem internet banda larga. Ele disse também ter aumentado o repasse para as escolas e garantido a gestão democrática, além de ter criado o centro de educação de jovens e adultos. “Avançamos muito, mas ainda temos muito o que fazer.”

Moraes elogiou o Plano Nacional de Educação, observando que tem tudo o que é necessário para a melhoria do setor no Brasil. Entre as ações, destacou a ampliação dos recursos financeiros para educação e a valorização dos profissionais.



LEONARDO PRADO

Paulo Pimenta defende regra de inclusão no sistema de ensino

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) manifestou apoio à política de educação brasileira. O parlamentar defendeu não apenas a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, mas todo tipo de inclusão.

Ele observou que, enquanto o Supremo Tribunal Federal avança, “setores reacionários reagem e temem a aprovação de uma lei que pune a homofobia”. Além disso, continuou, “setores conservadores

são contra a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular”. Em sua avaliação, esse tipo de reação é fruto dos avanços que são registrados em diversas áreas.

Pimenta informou que, em 1978, apenas 13% das pessoas com deficiência estudavam em classes comuns. Já em 2010 são 60%. “Não é justo, não é correto que uma criança surda ou cega seja segregada e perca o direito de aprender com as demais crianças”, disse.

Exército - Paulo Pimenta destacou apresentação de projeto de lei (5159/09) que reorganiza o quadro especial de terceiros-sargentos do Exército e trata da promoção de soldados estabilizados à graduação de cabo. Ele lembrou que esse quadro é formado por cerca de 30 mil, que estão na corporação há mais de 15 anos. “É uma categoria que foi esquecida.”



BETO OLIVEIRA

Luiz Carlos Setim cobra erradicação do analfabetismo

A implantação das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) é uma prioridade para todos os brasileiros envolvidos na causa da educação, disse o deputado Luiz Carlos Setim (DEM-PR). Segundo o parlamentar, o PNE ataca os principais problemas enfrentados pelo Brasil.

A prioridade, na sua avaliação, é conseguir erradicar o analfabetismo. Setim citou ainda dados do IBGE que apontam no Brasil

cerca de 14,1 milhões de analfabetos, o que corresponde a 9,7% da população com 15 anos ou mais.

Ele disse que, por intermédio do Programa Brasil Alfabetizado, o governo atendeu quase 10 milhões de pessoas em dez anos. Entre 2001 e 2008, afirmou, o analfabetismo caiu apenas de 13% para 10%.

“Os estudos demonstraram que isso aconteceu, principalmente, porque o programa atingiu mais os analfabetos funcionais, aqueles que já haviam frequentado a escola e possuíam noções rudimentares de leitura e escrita, do que os absolutamente analfabetos.”

Em sua opinião, a erradicação do analfabetismo deve acontecer no mais amplo sentido da palavra. “Que ao aprender a ler, o cidadão brasileiro seja capaz de compreender, de interpretar, de escrever e utilizar o apreendido em sua vida.”



BETO OLIVEIRA

Oziel Oliveira apoia criação do estado do São Francisco

O deputado Oziel Oliveira (PDT-BA) defendeu a criação do estado do São Francisco, integrado por 35 municípios do noroeste da Bahia,

com área de 170 mil km² e população de pouco mais de 1 milhão de habitantes.

Oziel Oliveira argumentou que o novo estado se justifica porque a região experimenta, nas últimas décadas, um crescimento econômico “jamais imaginado”.

Ele anunciou que pretende apresentar projeto com este objetivo, e ao mesmo tempo homenageou o de-



LEONARDO PRADO

putado Gonzaga Patriota (PSB-PE), autor de outro, já em tramitação, que também prevê o novo estado.

“Esse projeto atende ao desejo do povo para que o Brasil repense a sua estrutura territorial e administrativa”, disse. Lembrando o exemplo do Pará, com a proposta de criação dos estados do

Tapajós e de Carajás, afirmou que a criação dos novos estados vai ajudar o desenvolvimento regional.

Oziel Oliveira destacou que o oeste baiano é o maior produtor de grãos do Nordeste. A soja abrange, de acordo com ele, área de 1.080 hectares; o algodão 370 mil hectares; o café 15 mil hectares; e o milho 173 mil hectares. Além de outras culturas importantes, como o arroz, o feijão, a mandioca, a fruticultura e a pecuária.

Parecer sobre o caso Jaqueline Roriz está pronto, afirma Carlos Sampaio

Carolina Pompeu

O relator do processo disciplinar contra a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), informou ontem que já terminou seu relatório sobre o caso. Ele não adiantou a conclusão, mas, de acordo com as regras, Sampaio poderá apenas propor a cassação do mandato ou a absolvição.

A limitação deve-se ao fato de que o relatório está atrelado à representação que deu origem ao processo. No documento, o Psol pediu a cassação de Jaqueline e, portanto, Sampaio não poderia propor a aplicação de nenhuma das outras penas por quebra de decoro previstas no Código de Ética: censura verbal ou escrita, suspensão das prerrogativas regimentais e suspensão temporária do exercício do mandato. O presidente do Conselho de Ética, José Carlos Araújo (PDT-BA), já havia defendido a mudança dessa regra.

Jaqueline Roriz foi filmada, junto com seu marido, Manoel Neto, recebendo

dinheiro de Durval Barbosa, operador e delator do esquema de corrupção conhecido como mensalão do DEM. As imagens são de 2006, quando ela era candidata a deputada distrital, mas foram divulgadas somente no último mês de março. Ela havia admitido o recebimento do dinheiro que, segundo ela, eram verbas não contabilizadas de campanha.

Irregularidades - Além do vídeo de Durval, a representação do Psol contra a deputada cita também outras duas supostas irregularidades: uso de verba indenizatória da Câmara para pagamento de despesas da sala comercial do marido e recebimento de propina após a votação em favor do Plano Diretor de Ocupação Territorial do Distrito Federal, na Câmara Legislativa.

Em relação à primeira denúncia, Jaqueline alega que a verba serviu somente para o pagamento do condomínio de uma sala de propriedade de seu marido,



Carlos Sampaio

que era usada como escritório político da deputada. A deputada nega a segunda denúncia e afirma que já foi inocentada após investigação de uma CPI da própria Câmara Legislativa.

O parecer, segundo Sampaio, contém cerca de 60 páginas e está em fase de ajustes finais. No texto, ele deverá abordar dois aspectos do caso. Primeiro, a competência ou não do Conselho de Ética para julgar deputados por atos cometidos antes do início do mandato. Há divergências entre especialistas quanto a esse tópico. Na segunda parte, o relator deverá avaliar se Jaqueline Roriz quebrou o decoro parlamentar e se merece punição por isso.

Calendário - Apesar da finalização do texto, a votação do relatório está prevista somente para a próxima semana. É que na semana passada começou a correr o prazo de cinco sessões ordinárias para que Jaqueline apresentasse sua

defesa ao Conselho em razão de nova representação no caso, feita pela Mesa Diretora. Essa representação aborda as mesmas denúncias da primeira representação, feita pelo Psol.

Apesar disso, ela não quis abrir mão do novo prazo de defesa. “Essa atitude está correta do ponto de vista legal, mas demonstra uma mudança. Se, no início do processo, a defesa da deputada colaborou para que houvesse um julgamento rápido, agora, ao que parece, eles procurarão postergar ao máximo esse julgamento”, disse Sampaio.

Faltam ainda três sessões ordinárias antes do término do prazo para defesa da deputada. A expectativa de Sampaio é que o relatório seja apresentado e votado no próximo dia 1º de junho. Segundo ele, mesmo que Jaqueline traga novas testemunhas, elas poderão ser ouvidas no dia 31 de maio. Dessa forma, seria mantida a votação do relatório no dia 1º de junho.

Caso Sampaio proponha a perda do mandato da deputada, e o colegiado aprove seu parecer, a cassação será ainda submetida ao Plenário.

SESSÃO SOLENE

Deputados sugerem jornada de 30 horas e aposentadoria especial para taquígrafo

Em sessão solene em homenagem ao Dia do Taquígrafo, comemorado no dia 3 de maio, deputados defenderam na última sexta-feira a adoção de jornada de trabalho de 30 horas semanais e aposentadoria especial para esses profissionais.

O deputado Policarpo (PT-DF) apoiou a aprovação do Projeto de Lei 7358/10, que prevê aposentadoria especial para os taquígrafos aos 25 anos de trabalho e fixa a carga de trabalho em 6 horas diárias e 30 horas semanais. Atualmente, não há carga horária nem aposentadoria diferenciadas.

“Nada mais justo que o projeto seja aprovado”, disse, lembrando que a proposta tramita na Comissão de Seguridade Social e Família. Policarpo ressaltou que quando o projeto chegar à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, na qual ele pretende ser o relator, quer dar o tratamento que



Parlamentares e convidados acompanham homenagem a taquígrafos

a categoria merece. Na avaliação do deputado Izalci (PR-DF), o PL 7358/10 deverá ser aprovado ainda neste ano.

A deputada Érika Kokay (PT-DF) defendeu a jornada menor e a aposentadoria especial. Para a parlamentar, os taquígrafos deveriam ter condições adequadas de trabalho, pois estão sujeitos a doenças, como lesões por esforço repetitivo. “Vocês registraram a história de um povo, a construção de uma nação. A partir do trabalho de vocês, a nação pode saber o

que acontece nos órgãos públicos”, afirmou.

Em discurso lido pelo deputado Sérgio Brito (PSC-BA), o presidente Marco Maia ressaltou a importância da atividade, fundamental para o trabalho do Legislativo. Segundo Maia, graças à técnica foi possível preservar textos como os de Lutero e de Shakespeare. O presidente da Câmara disse ainda que, apesar do advento dos mais modernos recursos de gravação,

a contribuição dos taquígrafos continua tendo sua importância.

Sérgio Brito prestou homenagem aos 188 profissionais da taquigrafia da Câmara. “São eles que trabalham para registrar tudo o que dizemos nesta tribuna.” O deputado Ricardo Quirino (PRB-DF) também acentuou que o papel da taquigrafia no Legislativo. O deputado Marcelo Aguiar (PSC-SP) foi o autor do requerimento para a homenagem.

NOTAS

Frentes parlamentares

A Frente Parlamentar Evangélica terá reunião hoje sobre o kit distribuído em escolas e o PL 122/06, que criminaliza a homofobia. O debate está marcado para as 17h, no plenário 13. Já a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Juventude reúne-se hoje para ouvir o relator da Comissão Especial da Reforma Política, deputado Henrique Fontana (PT-RS). A reunião está marcada para as 17h30, no plenário 16. Na quinta-feira, será lançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços, em um café da manhã às 8h, no 10º andar do anexo 4.

Crack em São Paulo

Integrantes da comissão especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de projetos de lei destinados a combater e prevenir os efeitos do crack e de outras drogas ilícitas estiveram em São Paulo na última quinta-feira. Os deputados visitaram a Cracolândia, no centro da cidade, e mantiveram reuniões com representantes da Polícia Civil. “Com as informações da polícia, pretendemos agir com ações efetivas em favor da sociedade, das famílias e também dos dependentes”, disse o deputado Eli Corrêa Filho (DEM-SP).

Relator deve propor responsabilização do gestor público em caso de tragédias

O relator da comissão especial destinada a apresentar propostas de medidas preventivas diante de catástrofes climáticas, deputado Glauber Braga (PSB-RJ), informou que deverá propor, dentre outras regras, a responsabilização dos gestores públicos, o reforço ao Estatuto das Cidades, a educação ambiental nas escolas e a integração entre União, estados e municípios ameaçados ou não por eventos climáticos, além de ações voluntárias por meio de brigadas criadas nas comunidades afetadas.

A comissão especial da Câmara dos Deputados encerrou no último sábado a viagem ao Rio de Janeiro, com visita a áreas atingidas em janeiro por desastres nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. As famílias tentam voltar à normalidade, mas continuam em áreas de risco – muitas ainda sem energia elétrica e água potável.

No início deste ano, fortes chuvas provocaram deslizamentos e enchentes nessas cidades da região serrana do estado, causando a morte de mais de 900 pessoas e deixando milhares de desabrigados. Os parlamentares encontraram locais em que a erosão ameaça milhares de habitações irregulares, construídas em localidades extremamente pobres.

“Vi uma comunidade aguerrida, encorajada pela esperança, mas ainda entristecida e dependente de uma legislação específica de caráter puramente preventivo. Infelizmente, é a realidade. Não basta



Parlamentares visitaram os municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis

prever o volume de chuvas. É preciso definir as comunidades ameaçadas, avisá-las e socorrê-las em tempo hábil”, comentou a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), presidente da comissão especial.

Eventos - Durante a visita ao Rio, os parlamentares ouviram mestrandos em Defesa Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, e conversaram com o secretário nacional de Defesa Civil, Humberto Viana, sobre uma proposta de Código de Proteção Civil, um dos focos da comissão.

Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, durante audiência propos-

ta pela deputada federal Andreia Zito (PSDB-RJ), a comissão especial da Câmara conheceu conclusões parciais de uma CPI instaurada para apurar responsabilidades na tragédia da região serrana. A CPI, que ouviu os gestores dos três municípios, prioriza um apelo à União por reforço orçamentário ao estado – seriam necessários R\$ 4 bilhões para recuperar as cidades.

A comissão especial também manteve contato com representantes da Cruz Vermelha e visitou a sede do programa “Em Busca de uma Cidade Segura”, apoiado pela Petrobras e pela Fiocruz,

dentre outros, e implementado pelos mestrandos em Defesa Civil da UFF. O programa foi concebido a partir de demandas do Ministério da Integração Nacional para reduzir situações de risco.

Um dos integrantes da comitiva, o deputado Ademir Camilo (PDT-MG) afirmou ser necessário simular a retirada de moradores em vulnerabilidade para entender melhor as limitações do Plano de Defesa Civil. Para a deputada Luci Choinacki (PT-SC), o trabalho da comissão especial já é um marco na Câmara. “A união de políticos, governos e sociedade é fundamental como protagonistas da sua própria história”, disse o deputado Fernando Jordão (PMDB-RJ).

Prevenção - A Comissão Especial de Medidas Preventivas diante de Catástrofes foi criada neste ano para realizar estudos e levantamentos sobre áreas de risco, ações preventivas e o trabalho de reconstrução urbanística e recuperação econômica das áreas afetadas por enchentes e deslizamentos.

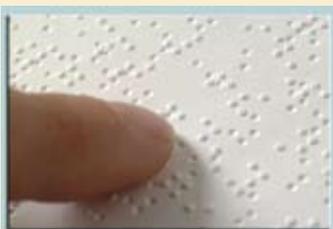
A criação do colegiado foi sugerida após enchentes e deslizamentos ocorridos no início do ano em municípios do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais. O grupo de parlamentares já esteve em Santa Catarina e deverá visitar estados do Nordeste. Estão previstas também audiências com os ministérios da Integração Nacional, da Saúde e da Ciência e Tecnologia, para discutir ações integradas por parte do governo federal.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Câmara aprova cardápio em braille nos restaurantes

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou na última quinta-feira o Projeto de Lei 1694/99, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que obriga restaurantes, bares e lanchonetes a oferecer cardápio em braille aos clientes. O texto foi aprovado em caráter conclusivo e seguirá para o Senado, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário.

A relatora, deputada Sandra Rosado (PSB-RN), votou pela constitucionalidade e juridicidade da proposta, com emenda. Segundo ela, a proposta inicial merece aperfeiçoamento de redação para corrigir a previsão de multa para



as empresas que não cumprirem a determinação.

“Uma vez que a unidade de referência para a multa foi extinta, alteramos a proposta para que a multa passe a ser de R\$ 100, reajustada com base nos índices de correção dos tributos federais”, afirmou. Esse valor será duplicado em caso de reincidência.

Segundo a relatora, o projeto ajuda a superar as barreiras que impedem a integração das pessoas com deficiência. “O acesso ao conhecimento e à informação, além do estímulo à convivência, podem promover a inclusão das pessoas com deficiência em nossa sociedade.”

Paulo Freire poderá ser o patrono da Educação

Homenagem ao educador Paulo Freire, tornando-o patrono da educação brasileira, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na última quinta-feira. O pernambucano Paulo Freire pregava o diálogo entre mestres e alunos e defendia o processo educativo a partir da vida cotidiana das pessoas.

Doutor honoris causa em 28 universidades, reconhecido em todo o mundo como um dos mais importantes educadores do século 20, Paulo Freire publicou mais de 40 livros e foi traduzido em 28 idiomas. Preso em 1964 pela ditadura militar, exilou-se no Chile,



INSTITUTO PAULO FREIRE

onde escreveu sua obra mais conhecida, “Pedagogia do Oprimido”. De volta ao Brasil, assumiu o cargo de secretário de Educação da cidade de São Paulo, na gestão da prefeita Luiza Erundina,

em 1989. Paulo Freire morreu em 2 de maio de 1997.

A homenagem foi proposta pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP), por meio do Projeto de Lei 5418/05. A relatora, deputada Sandra Rosado (PSB-RN), apresentou parecer favorável. Como foi aprovado em caráter conclusivo, o projeto seguirá para análise do Senado, caso não haja recurso para a tramitação pelo Plenário.